



Projetos de lei querem fim da circulação de dinheiro em espécie; impressão caiu 38% desde 2020

Emissão de novas notas em 2022 foi próxima da quantidade de 2016; especialista atribui queda a métodos digitais de pagamento



Ao menos quatro projetos de lei em andamento na Câmara dos Deputados querem acabar com a circulação de dinheiro em espécie no Brasil. As propostas sugerem o uso exclusivo dos meios eletrônicos para transações financeiras. A ideia une deputados de diferentes campos ideológicos — dois projetos são de autoria de parlamentares do governo e dois, de nomes da oposição.

Desde 2020, quando o Pix entrou em vigor, a impressão de novas cédulas pelo Banco Central caiu 38%. No ano passado, houve 1,181 bilhão de emissões, número próximo ao de 2016, quando 1,161 bilhão de novas notas foram impressas.

Veja quanto custou a impressão de novas notas desde 2016

- 2016: R\$ 299.853.616
- 2017: R\$ 319.268.487
- 2018: R\$ 432.306.637
- 2019: R\$ 485.958.328
- 2020: R\$ 527.960.073
- 2021: R\$ 624.654.989
- 2022: R\$ 489.626.291

O primeiro projeto de lei, do deputado Gilberto Nascimento (PSD-SP), é de 2016 e está na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) desde dezembro do ano passado. O texto sugere o fim da “utilização, circulação, emissão e uso de moedas em espécie física de qualquer natureza e estabelece que toda e qualquer transação financeira seja realizada pelos sistemas virtuais”.

A segunda proposta, de 2020, além de propor a extinção imediata das notas de R\$ 50, R\$ 100 e R\$ 200, sugere o fim da emissão e circulação de todas as cédulas dois anos depois da vigência da lei. A matéria, de autoria do ex-deputado Paulo Ramos (PDT-RJ), está na Comissão de Finanças e Tributação desde 2021.

A terceira proposta, também de 2020, está na Comissão de Desenvolvimento Econômico desde março deste ano. O projeto, do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), “estipula prazo para a extinção da produção, circulação e uso do dinheiro em espécie e determina que as transações financeiras se realizem apenas através do sistema digital”.

O último projeto, apresentado em 2021, seria analisado pela Comissão de Defesa do Consumidor na última quarta-feira (16), mas a deliberação não ocorreu por ausência do relator, deputado Vinicius Carvalho (Republicanos-SP), cujo relatório é pela rejeição da proposta, de autoria de Kim Katagui (União Brasil-SP).

Motivos

Embora a queda na emissão de cédulas coincida com o lançamento do Pix, o Banco Central não atribui a diminuição ao novo meio de pagamento. A autoridade monetária afirma que os impactos do modelo ainda não foram analisados tecnicamente.

A aquisição de cédulas e moedas visa atender à variação prevista do dinheiro em circulação, substituir as desgastadas pelo uso e manter estoques preventivos de segurança. A variação nas quantidades adquiridas entre um ano e outro se deve a variações nesses componentes. Apesar do surgimento de novos meios de pagamento, como o Pix, apresentar impactos sobre os hábitos de uso dos meios de pagamento anteriormente existentes, será necessário algum tempo para que a evolução desses impactos possa ser claramente mapeada.

BANCO CENTRAL, EM NOTA AO R7

Apesar do posicionamento do Banco Central, o economista Luis Oreiro atribui a queda ao uso dos meios digitais de pagamento. “Não há necessidade de cédulas. Hoje em dia, a maior parte das transações é feita eletronicamente, seja por intermédio de cartões de débito e crédito ou pelo Pix. Imagino que a redução do volume de cédulas tenha sido por conta do Pix, que é uma transferência eletrônica”, analisa.

Para o especialista, a tendência é que a emissão de novas cédulas caia ainda mais com o lançamento do Drex, a primeira moeda digital do país, anunciada pelo Banco Central no início do mês. O Drex funcionará como uma versão virtual do dinheiro — vai ser uma representação digital das notas emitidas pelo BC. A moeda virtual oficial ainda está em fase de testes, e a expectativa é que seja lançada no fim de 2024.

FONTE: R7 - BRASÍLIA | Ana Isabel Mansur

Sindicato convoca trabalhadores para Assembleia Geral Extraordinária



Sindseg-GV/ES convoca todos os trabalhadores associados para participarem da Assembleia Geral Extraordinária no dia 31 de agosto de 2023 no imóvel denominado Roda D'Água, em Cariacica. O sindicato vai oferecer transporte para os vigilantes irem até o local da assembleia.

De acordo com o presidente Serafim Gerson Camilo, a pauta da assembleia será para tratar a respeito da venda ou troca de um imóvel rural em Roda D'Água.

“A primeira convocação será às nove horas da manhã e a segunda será às nove e

meia. Nós contamos com a participação dos vigilantes associados. O sindicato deixará a disposição dos trabalhadores três ônibus que irão partir do Parque Tranquedão no dia 31 às sete e meia da manhã”, explica o presidente.

Serviço

Assembleia Geral Extraordinária

Data: 31/08/023

Local: Roda D'Água, em Cariacica

Horário da partida dos ônibus: 07h30 do Parque Tranquedão em Vitória

FONTE: Sindseg-GV/ES

Banco Inter tem trimestre histórico, mas demite funcionários

No mesmo período em que lucrou R\$ 64 milhões, instituição cortou 400 trabalhadores



NaO Banco Inter reverteu um prejuízo de R\$ 13,3 milhões no primeiro semestre de 2022 e registrou lucro líquido de R\$ 88,4 milhões, no mesmo período deste ano. Só no segundo trimestre de 2023, o lucro líquido foi de R\$ 64 milhões, 165% maior que o trimestre anterior.

Mesmo com todo esse desempenho, o Inter fechou 400 postos de trabalho nos últimos três meses. Por outro lado, o número de clientes chegou a 20,7 milhões, com crescimento de 12% no trimestre e de 73% em um ano. Para Liliam Diniz, funcionária da entidade e diretora do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte, os números provam a sobrecarga de trabalho a que os funcionários e funcionárias do banco estão sendo expostas. “Infelizmente ainda nos deparamos com o excesso de demandas, prazos curtos e outras questões que contribuem para a pressão enorme sobre os trabalhadores.

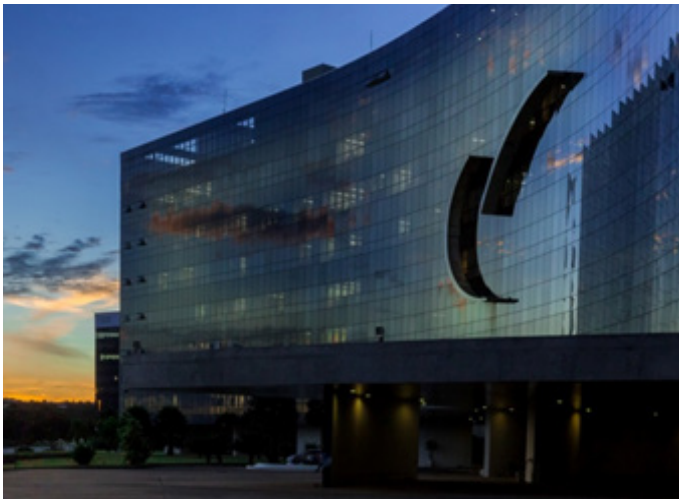
Cobramos que o Banco Inter valorize os funcionários e entenda a importância dos esforços e comprometimento de todos para crescimento da Instituição”.

Para Marco Aurélio, diretor do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte que participa das negociações com o banco, representando os trabalhadores, os sindicatos sempre tiveram um papel importante a fim de diminuir as desigualdades no Banco Inter e garantir direitos. “Se não fossem os sindicatos para defender os empregos e melhores condições de trabalho, a situação estaria mais grave. Por isso, é fundamental que mais funcionários se filiem à sua representação sindical”, completou.

Fonte: CONTRAF

Justiça do Trabalho cria Comitê de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação

Segundo o ministro Lelio Bentes Corrêa, Tribunal tem se empenhado em promover um ambiente de trabalho mais saudável e digno ao público interno



Fachada do TS

O presidente do TST, ministro Lelio Bentes Corrêa, assinou nesta sexta-feira (18) o Ato Conjunto TST.CSJT.GP 48, que cria o Comitê de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação. A iniciativa reforça o compromisso do Tribunal com o combate a toda forma de discriminação e de assédio moral, organizacional e sexual.

O grupo atuará no âmbito do TST e do Conselho Superior do Justiça do Trabalho (CSJT) e irá monitorar, avaliar e fiscalizar a adoção da Política de Prevenção e Enfrentamento, além de sugerir medidas de prevenção e apurar denúncias.

TRTs

O ato também prevê que os Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) criem seus próprios comitês, observando os critérios da Resolução 351 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Mensagem

Em mensagem destinada a todos as pessoas que trabalham no TST e no CSJT, o ministro Lelio Bentes Corrêa também reafirmou o compromisso das instituições com o enfrentamento a qualquer forma de assédio e violência no ambiente organizacional.

Campanha

Em julho, o TST iniciou a campanha “É assédio!”, com a publicação de informações e alertas nos seus canais internos e externos de comunicação.

Nos perfis do TST nas redes sociais, foram publicados conteúdos que explicitaram situações de assédio no ambiente corporativo e incentivaram os usuários a compartilhá-los com a hashtag #ChegaDeAssédio.

Cada uma das quatro postagens (uma por semana) alcançou, em média, 61,7 mil usuários no Instagram, 11,9 mil no Facebook e 9,4 mil no X (antigo Twitter). Além disso, foram registradas 34,2 mil interações. Para se ter uma ideia, somente o primeiro post chegou a 100 mil pessoas.

As informações também foram reproduzidas por outras contas e por veículos de imprensa.

FONTE: TST - (Juliane Sacerdote/CF)

MP do salário mínimo é garantia de reposição da renda, defende secretário da CUT

Medida Provisória (MP) que recria a política de valorização do salário mínimo; corrige a tabela do imposto de renda e taxa offshore, caduca na próxima segunda-feira (28)



Esta semana é crucial para que os trabalhadores e trabalhadoras do país mantenham direitos retomados pelo governo Lula (PT). Um deles é a política de valorização do salário mínimo que havia sido abandonada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), em 2019. Para que o piso nacional seja reajustado acima da inflação, Lula editou a Medida Provisória (MP) nº 1172/2023, cujo prazo de validade termina na próxima segunda-feira (28).

O texto já foi apreciado por Comissão Mista do Congresso Nacional, mas ainda precisa passar pela Câmara dos Deputados e pelo

Senado Federal dentro deste curto prazo de tempo.

O argumento da oposição para a não aprovação do teor da MP na íntegra é o de que o governo federal incorporou ao texto mudanças nas regras de taxação para investimentos no exterior – as offshore,- empresas abertas no exterior por ricos que conseguem desta forma escapar do pagamento do imposto de renda sobre seus lucros. Segundo estimativas do Banco Central, os ricos do país têm R\$ 1 trilhão em investimentos no exterior. A taxação das offshore é um ponto de discórdia dos

parlamentares que não querem a aprovação desta parte do texto, de acordo com apuração feita pela imprensa.

O governo diz que a cobrança de imposto sobre offshore é necessária para que possa haver o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda (IR), em 2024, para quem tem renda de até R\$ 2.640, que beneficiará 13 milhões de contribuintes. Durante a sua campanha eleitoral Lula disse que quer isentar quem ganha até R\$ 5 mil, até o final do seu mandato.

A isenção do IR também foi incluída na mesma MP do salário mínimo. Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o governo é obrigado a apontar outras formas de arrecadação para suprir a perda que terá com o aumento da alíquota de isenção. Por isso que a isenção maior nas alíquotas do IR está atrelada à taxação de offshore.

Para discutir as emendas do Senado ao projeto, o presidente da Câmara Federal, Arthur Lira (PP-AL), deve se reunir nesta segunda-feira (21) com os líderes partidários e técnicos do Ministério da Fazenda para discutir as emendas do Senado ao projeto.

O secretário de Relações do Trabalho da CUT Nacional, Ari Aloraldo do Nascimento diz que tanto a valorização do salário mínimo quanto a redução na alíquota do imposto de renda são fundamentais para que o trabalhador reponha o seu poder de compra.

“Se não houver redução da alíquota do imposto quem ganha um salário mínimo daqui a algum tempo vai ser taxado. Nós defendemos que o governo vá além e aumente o número de alíquotas para que o índice de contribuição seja melhor distribuído e quem ganha mais, pague mais”, diz Ari Aloraldo.

De 1976 a 1978 o país tinha 16 faixas de renda com alíquotas de zero a 50%. Depois as faixas de renda foram caindo até ficar nas atuais cinco e o máximo de 27,5%. A última vez que a tabela foi reajustada foi em 2015 no governo Dilma (PT).

Hoje as faixas do IRPF são as seguintes:

- Até R\$ 2.112,00 - isento
- De R\$ 2.112,01 até R\$ 2.826,657 (5%) R\$ 158,40
- De R\$ 2.826,66 até R\$ 3.751,05 (15,0%) dedução R\$ 370,40
- De R\$ 3.751,06 até R\$ 4.664,68 (22,5%) dedução R\$ 651,73
- Acima de R\$ 4.664,68 (27,5%) dedução R\$ 884,96

*Rendimentos previdenciários isentos para maiores de 65 anos: R\$ 1.903,98

*Dedução mensal por dependente: R\$ 189,59

*Limite mensal de desconto simplificado: R\$ 528,00

Valorização do salário mínimo

Segundo Ari Aloraldo, por outro lado, manter o ganho do salário mínimo acima da inflação é uma forma de diminuir as perdas salariais. “Nós, da CUT, vamos além e defendemos o valor proposto pelo Dieese [Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos]. Com os dados da cesta básica, o Dieese calculou no início de agosto, que o salário mínimo ideal para sustentar uma família de quatro pessoas seria o de R\$ 6.528,93.

“O que a gente precisa deixar claro é que a remuneração do trabalhador foi sendo expropriada tanto pela falta da correção do salário mínimo acima da inflação quanto pela defasagem da tabela do imposto de renda. Por isso que defendemos esta MP, inclusive com a taxação de offshore para que haja mais justiça tributária”, conclui Ari Aloraldo.

FONTE: CUT - Rosely Rocha

Rosa Weber antecipa voto sobre “revisão da vida toda” no INSS

Ministra disse que decidiu votar considerando a “proximidade” da aposentadoria



Pela proposta de Weber, ainda é possível pleitear a revisão de valores desde junho de 2019, desde que fique provado que a pessoa tinha processo na Justiça na data pleiteando esse direitoFoto:

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Lucas Mendes da CNN

Prestes a se aposentar, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber, decidiu antecipar seu voto no julgamento da Corte sobre o alcance da chamada “revisão da vida toda” nas aposentadorias, tese que pode ser usada para o recálculo dos benefícios.

Weber se aposenta no final de setembro, antes de completar a data limite de 75 anos, e garantiu sua posição no julgamento.

O caso estava sendo analisado desde 11 de agosto, mas foi paralisado por um pedido de vista do ministro Cristiano Zanin. Não há data para o caso ser retomado.

Até então, só havia o voto do relator, ministro Alexandre de Moraes, favorável a uma limitação dos efeitos da decisão do Supremo sobre a revisão da vida toda.

A Corte analisava no plenário virtual um recurso do Instituto Nacional do Seguro Social

(INSS) sobre pontos da decisão do próprio STF, de dezembro, que validou a possibilidade de revisão das aposentadorias.

Em dezembro, o Supremo permitiu que uma parte dos segurados do INSS refaça o cálculo do valor de seus benefícios, considerando as contribuições anteriores a 1994, quando entrou em vigor o Plano Real. A depender de cada situação, é possível aumentar a quantia a receber.

Recurso

Na análise do recurso do INSS, Moraes rejeitou a maioria das contestações apresentadas pela autarquia à decisão do STF. O magistrado, no entanto, entendeu que os efeitos da revisão da vida toda devem ser limitados. Ele propôs proibir a possibilidade de recálculo em duas situações:

- benefícios já extintos;
- parcelas já pagas até dezembro de 2022 em processos com decisão judicial definitiva (que não cabe mais recurso).

Rosa Weber acompanhou Moraes, mas propôs um outro marco temporal, mais benéfico aos aposentados, para proibir as revisões: 17 de dezembro de 2019.

Na data foi definido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) a possibilidade das revisões das aposentadorias.

Pela proposta de Weber, ainda é possível pleitear a revisão de valores desde junho de 2019, desde que fique provado que a pessoa tinha processo na Justiça na data pleiteando esse direito. Em junho daquele ano, o STJ começou a julgar o mérito do caso sobre as revisões das aposentadorias.

Fonte: CNN

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF